

Resenha: *Geografia urbana crítica: Teoria e método*. CARLOS AFA; SANTOS CSS; ALVAREZ IP. São Paulo: Contexto, 160p. 2018.

Maria Vitória Xavier Dias Rocha*
Iandria Souza Oliveira**

*Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UNIFIP). Mestranda em Geografia (UNIMONTES)

**Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFVJM).

O livro intitulado *Geografia urbana crítica: teoria e método* é resultado de uma grande reflexão sobre o pensamento crítico da geografia urbana brasileira, produzido pelo grupo de estudos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. O caminho percorrido pela crítica à geografia busca, sobretudo, superar a competência de análise de uma disciplina parcelar, para uma compreensão ampliada de mundo.

No capítulo de abertura do livro, intitulado *Geografia crítica-radical e a teoria social*, Ana Fani A. Carlos dedica-se ao percurso teórico-metodológico orientado pela dialética de Karl Marx e, posteriormente, reinterpretada por Henri Lefebvre, produzindo o que os autores denominam de “geografia marxista-lefebvriana”. Diante da necessidade de renovação do conhecimento e apreensão sobre novas realidades, os autores do livro debruçam sobre uma metageografia, entendida como a construção dialética de um horizonte de pesquisa em Geografia. Com isso, ampliam-se as discussões da geografia urbana com base em análises que unem pensamento e a ação (teoria-prática), desencadeadas na produção do espaço social e reveladas na dimensão escalar do cotidiano e do espaço vivido, permeadas por contradições e conflitos.

Neste capítulo, a autora constrói o caminho teórico-epistemológico percorrido pela geografia crítica, e propõe a renovação do conhecimento orientada pela metageografia. A proposta da construção de uma metageografia é orientada pelas profundas mudanças urbanas, uma vez que a geografia crítica interpretada a partir da dialética, permite repensar alguns conceitos. No plano teórico, o objeto geográfico cede lugar para o conceito de produção do espaço como teoria social, pois entende-se que produzir a vida é também um ato de produção e apropriação do espaço, colocando-o como categoria do pensamento e da realidade (teoria-prática). Outro ponto levado em consideração é a superação da fragmentação das ciências parcelares em busca da totalidade interpretativa como condição. Dessa maneira, a autora elabora a tese do espaço como “condição, meio e produto da reprodução das relações sociais produtoras do mundo”. Nessa perspectiva, Ana Fani busca compreender o papel do espaço na produção da realidade urbana do ponto de vista da metrópole. O espaço na metrópole é reproduzido como negócio, isto é, o espaço urbano se torna condição do produto imobiliário a ser consumido produtivamente. A cidade do capital, é mediada pelo

conflito que se desenvolve no espaço mediante a dois valores: o valor de uso e o valor de troca. Assim, o processo de produção cria a própria produção da cidade como mercadoria. O plano do cotidiano, é marcado pelas contradições e abstrações, pois além de ser o lugar da reprodução do capital é, também, o lugar da materialização das relações sociais, possuindo uma relação dicotômica marcada pelas necessidades e desejos; coações e ações. Em razão dessas discussões, a proposição da metageografia repousa sobre a construção de uma totalidade social que busca a superação de conceitos e fundamenta a dialética pensamento-ação.

O capítulo 2, intitulado *Pensando a noção de prática socioespacial*, escrito por Rafael Pádua, trata da contrariedade prática (teórica) revelada nas práticas inconscientes do cotidiano, pois, no cotidiano estão as contradições induzidas à reprodução dos modos de produção capitalista. Dessa forma, o autor trabalha com a possibilidade de que a prática socioespacial (práxis), ainda que dominada pela reprodução capitalista, não se limita a mera reprodução. A escala da prática socioespacial do cotidiano trata do vivido, que a princípio se apresenta como transparência, mas que têm seus fundamentos mascarados, pois, na prática socioespacial são reveladas as ideologias concretas vivida como real, cuja os fundamentos obscurecidos necessitam de serem revelados pelo pensamento. A práxis marxista busca superar a separação entre teoria e prática, transformando-a em conhecimento a partir de uma ação prática que é revelada na prática socioespacial. A geografia, em busca da dimensão espacial, entende que a produção do espaço social é produto e indutor das relações sociais. Nessa perspectiva, o espaço estratégico, na visão utópica e revolucionária, concerne a um espaço das possibilidades, que supera as contradições e privações colocadas pelo modo de produção capitalista, realizando-se em uma prática de apropriação concreta das relações humanas, no qual, o homem, passa a ser o sujeito real de suas preocupações.

O capítulo 3, denominado *A prática socioespacial da resistência*, de Fabiana Ribeiro, tem como objetivo compreender as resistências (ou inexistência delas), frente às novas racionalidades do neoliberalismo, que desencadeia um processo de expropriações de direitos, dos modos de vida e das relações sociais frente à geração de riquezas. A produção do espaço se torna uma importante categoria de análise, pois ao

se tornar objeto da acumulação capitalista, amplia as desigualdades e conduz processos de segregação e exclusão produzidos nas morfologias espaciais. Dessa maneira, Ribeiro considera que a prática de resistência, como ação e prática socioespacial, se faz obrigatória nessa sociedade, haja visto a necessidade de reaver o que foi expropriado pelas estratégias de dominação do espaço. As ações de resistências, orientadas pelo pensamento-ação, tem como escalas o lugar e a vida cotidiana. Não obstante, os lugares que concentram as contradições e os conflitos espaciais também detêm possibilidades de combater as racionalidades do capital, sobretudo, através das redes de sociabilidade que fortalecem a resistência em outras escalas. Em vista disso, pensar as práticas socioespaciais (práxis) de resistência em meio a produção do espaço capitalista, pode significar uma maneira de tornar-se resistente às estratégias homogeneizantes e alienantes impostas à reprodução da vida.

No capítulo 4, intitulado “Conflitos socioespaciais, socioambientais e representações: dimensões da análise urbana, Danilo Volochko estabelece uma análise do conflito a partir de três dimensões: conflitos socioespaciais, das relações socioambientais e das representações espaciais. O autor se posiciona a favor da perspectiva teórico-metodológica marxista-lefebvriana, interpretando com base na dialética as contradições e articulações da produção e reprodução do espaço. Na primeira dimensão, é realizada uma análise que envolve os planos políticos, econômicos e sociais. Do ponto de vista político, o Estado e suas ações de governança, têm sido marcados por suas articulações com o setor privado, visto por Volochko como “um reenquadramento político para fortalecer o econômico (...)”. Assim, a cidade é vista como negócio. No plano social, a cidade do plano econômico, que sucumbe os direitos sociais, pode ser vista também como espaço das lutas-transgressões-diferenças realizadas através das práticas socioespaciais (ações diretas ou institucionais) em busca de um espaço urbano equitativo. Nos conflitos socioambientais urbanos, o desenvolvimento sustentável, marcado como práticas ecológicas e ambientais, por vezes, apequenam os problemas reais das crises ambientais. Na perspectiva da justiça ambiental, as pautas ambientais configuram-se como nova forma de luta social, pois, para além de sustentabilidade, o discurso ecológico urbano necessita de incluir direitos como saneamento básico e saúde pública, por vezes, relegado à moradores de periferias e/ou em áreas de situações de risco ou de mananciais. Por fim, na dimensão das representações espaciais, o autor aborda as cartografias sociais através do conceito de representação de Lefebvre, integrando discurso, simbologia e prática social. Os mapas sociais são vistos pelo autor como um caminho para ler o espaço urbano e, até mesmo, colocar em evidência os conflitos representacionais, servindo de instrumento para construção da justiça espacial, ambiental e do direito à cidade. A escala analítica e qualitativa dos mapas sociais está no plano do cotidiano e do vivido, pois se reproduzem as alienações e também as desalienações: o lugar das possibilidades e das resistências. Dessa forma, os mapas sociais são de suma importância para as contrarepresentações ou representações diferenciais dos espaços, que a partir de uma leitura alternativa das práticas socioespaciais constroem oportunidades de emancipação social. Em suma, Volochko expõe as três dimensões de análise a partir dos conflitos, frente a um pensamento crítico, desafiador e, sobretudo, social.

No capítulo 5, denominado *Escalas Geográficas: Instrumento de observação ou objeto da investigação?*, o autor César Simoni Santos, aborda criticamente as noções de representação. Levanta uma discussão sobre a dimensão conceitual da escala, desde os primórdios dessa discussão, em que a noção de escala era especificamente geográfica (geométrica-cartográfica), até o seu entendimento como um “componente de reflexão teórica”; momento que a dimensão conceitual de escala ganha um aporte fenomenológico. O autor critica a egressão do conceito geométrico-cartográfico e não se contenta com o aporte fenomenológico. A ideia principal do autor é transpor esse universo exclusivo da representação. Dessa maneira, é apresentado uma perspectiva crítico-realista, em que, a partir da dimensão escalar do objeto, a escala é retratada como um elemento dinâmico da realidade, a dimensão escalar como consequência da atividade social, econômica, política e conteúdo dos componentes da natureza, ou seja, uma dimensão escalar do próprio processo social e da *práxis*. O autor argumenta que os processos sociometabólicos influenciam diretamente os processos de produção, as dimensões e a hierarquia das escalas. Assim, a escala passa a ser percebida como objeto da prática socioespacial.

No capítulo 6, intitulado *As centralidades periféricas: Da segregação socioespacial ao direito da cidade*, Glória da Anunciação Alves aborda a centralidade como produção concreta do espaço urbano, entendendo o centro como local de concentração de atividades econômicas, sociais e políticas. As riquezas socialmente produzidas na área central não alcançam toda a população urbana, mesmo que dentro do perímetro urbano. Parte da população, ao se dirigir aos centros, entendem como indo de fato à cidade. Mesmo que subjetivamente, elas possuem uma consciência da discrepância socioespacial a qual estão inseridas. É discutido o processo de implosão/explosão do centro que resultou no surgimento de múltiplas centralidades, e como esse processo reflete na dialética periférica. Esse movimento concentra, dispersa e colabora para a formação de um tecido urbano desigual e para a segregação socioespacial. A autora respeita as mudanças nos termos de “periferia”, na sua dialética em relação ao centro, e ressalta a criação de centros urbanos periféricos como parte do processo de reprodução do capital, que tem como base a segregação socioespacial. Posto isso, o mercado imobiliário, o Estado e a iniciativa privada, diante de um potencial capital, investem em áreas periféricas, afastando ainda mais as pessoas de baixa renda do centro para as franjas urbanas (mobilidade forçada da população), obrigando assim, as pessoas que resistem no local a readequarem toda as suas relações sociais diante do cenário em que se encontram. A partir disso entende-se que os direitos e “bens” de quem tem baixa renda é provisório, podendo ser perdidos no processo, originando conflitos e lutas pelo espaço.

No capítulo 7, intitulado *A propriedade privada capitalista e as terras de Nhanduru*, a autora, Camila Salles de Faria, discorre sobre a propriedade privada e a sua mercantilização. O objeto utilizado para discussão é a propriedade privada da terra, que é um produto histórico de relações sociais e que, na lógica capitalista, promove a desigualdade. Para exemplificar a historicidade desse processo, é analisada a situação dos índios Guarani, que desde a colonização do Brasil estão imersos em conflitos com não-índios pela luta contra a dominação capitalista que se impõe sobre a natureza. Para os índios, a terra não se resume a um bem/objeto/coisa, sendo

um lugar sagrado onde eles nasceram, cresceram e se relacionam. A terra é uma religião. Esse movimento é reconhecido e regulamentado pelo Estado, uma vez que alianças dos poderes político e econômico garantem algumas ações que legitimam a terra para os não-brancos, como o processo de grilagem. Assim sendo, essas alianças permitem a manutenção constante de uma sociedade desigual.

No capítulo 8, intitulado *A problemática da formação nacional: Da gênese aos fundamentos da propriedade privada*, Gustavo Prieto avança na discussão sobre a propriedade privada e a formação nacional do pensamento político, social e econômico. Ao examinar os fundamentos da formação nacional, o autor se depara com o fato de que a intensificação das relações capitalistas é uma combinação desigual e contraditória dos processos de produção e reprodução não-capitalistas, que paradoxalmente acontecem dentro do capitalismo. Essa analogia é relevante na formação do Brasil como nação, principalmente para analisar o processo de formação da propriedade privada e a grilagem como relação social. O autor destaca no texto a importância dessa propriedade privada para a dimensão e expansão espacial, e como a formação nacional dialoga com a dicotomia modernidade x atraso, que convivem na produção do capital. Mesmo com o processo de mo-

dernização e independência política, o Brasil não democratizou o acesso à terra. Dessa forma, o Estado por lei garante o acesso à terra, mas a função social da propriedade que assegura o apoio da justiça. Esse respaldo jurídico reforça uma conduta criminosa cometida contra o conjunto da sociedade, não só com aqueles que de fato usam a terra para habitar e reproduzir suas relações sociais, como os indígenas abordados no capítulo anterior.

No geral, a obra é uma importante contribuição para a concepção da geografia crítica brasileira, e para os estudos urbanos que se dedicam à problemática das cidades capitalistas. A construção da metageografia desafia a habilidade da geografia enquanto ciência parcelar em apreender outros campos do conhecimento, buscando uma teoria concreta totalizante e implicando, também, em uma prática (práxis) capaz de transformar as relações de reprodução social. O entendimento da produção do espaço como uma prática socioespacial, nos coloca diante da apropriação e do uso do espaço como prática de realização da vida, contrariando, e, por vezes, resistindo, à planificação e abstração do modelo de reprodução da acumulação capitalista. Isto é, pensar as práticas socioespaciais de resistência como um ato inerente à luta constante pelos direitos sociais, em contraposição às formas concretas e arbitrárias desenvolvidas na cidade do capital.